



República de Angola
CONSELHO NACIONAL DE CONCERTAÇÃO SOCIAL
GRUPO TÉCNICO PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

RELATÓRIO ANUAL DE 2020

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

MARÇO DE 2021

Sumário

I. – QUADRO ACTUAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA.....	5
1.1. Evolução Recente da Economia Nacional.....	5
Sector Real	5
Inflação.....	7
1.2. Quadro macroeconómico para 2020	8
Pressupostos Técnicos	8
Cenário Macroeconómico Para 2020.....	9
II – MERCADO DE EMPREGO	12
2.1. Efeitos da Actual Crise no Mercado de Emprego	14
2.2. Contribuição dos Sectores na Geração de Emprego	15
III. – CARACTERIZAÇÃO DOS SECTORES NA ECONOMIA.....	18
3.1. Sector Primário: Agricultura, Florestas e Pescas.....	18
3.2. Sector Secundário: Indústria Transformadora.....	27
3.3. Sector Terciário: Comércio e Serviços.	28
IV. – EVOLUÇÃO E APLICABILIDADE DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.....	31
4.1 – Ajustamento do Salário Mínimo Nacional	31
4.2 – Aplicabilidade e a cobertura do Salário Mínimo Nacional	33
4.3 – O Salário Mínimo Nacional / Salários na Economia	35
V. – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO E O SEU REFLEXO NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.....	36
Índice de Preço ao Consumidor na Província de Luanda	37
Índice de Preços no Consumidor Nacional	38
VI. – GRAU DE COBERTURA DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL FACE AO CUSTO DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA	42
VI. – CONSTATAÇÕES E SUGESTÕES.....	44
6.1 – Constatações:.....	44
6.2 - Sugestões.....	45
VII - ANEXOS.....	47

INTRODUÇÃO

O Grupo Técnico para o Estudo da Evolução do Salário Mínimo Nacional foi constituído em 2002, por via do Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS), com base no Princípio do Tripartismo defendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O seu escopo de trabalho consiste em proceder de forma contínua, ao estudo para a fixação do Salário Mínimo Nacional, tendo em conta o desempenho da economia, os níveis de produtividade e a necessidade de atingir e manter um alto nível de emprego, bem como acompanhar a sua aplicação em todo o País.

Para o alcance do que acima se refere, o Grupo Técnico realiza visitas a várias unidades de produção do sector público e privadas localizadas pelos mais diversos pontos do País, para a recolha de dados e informações relacionadas com os preços, principalmente, daqueles produtos que compõem a cesta alimentar básica, quer rural como urbana.

Estas visitas destinam-se igualmente para aferir o grau de cobertura ou o nível da aplicabilidade do Salário Mínimo Nacional estabelecido por Lei, nos diversos sectores da economia.

A obrigação da aplicação do Salário Mínimo Nacional, visa garantir ao trabalhador a possibilidade de adquirir os produtos que compõem a cesta alimentar básica, para um agregado familiar composto por seis pessoas, defendendo ao mesmo tempo, o equilíbrio entre este poder aquisitivo e a capacidade de facto, de pagamento do Salário Mínimo Nacional, por parte das entidades patronais.

Contrariamente aos anos anteriores, em 2020, o Grupo Técnico realizou visitas de acompanhamento apenas às Províncias de Luanda e do Bengo, tendo em conta a situação que o País ainda vive provocada pela existência da Pandemia da Covid 19. Por esta razão, não foi realizada igualmente, quaisquer visitas ao exterior do País, para elaboração de estudos comparados com outras realidades e partilhas de experiências.

A recolha de informações obtidas nas visitas realizadas, dos dados recebidos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e dos Serviços Provinciais da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), permitiram a elaboração e apresentação do presente relatório constituído por sete capítulos seguintes:

Capítulo I – Quadro Actual da Situação Macroeconómica;

Capítulo II – Mercado de Emprego;

Capítulo III – Caracterização dos Sectores da Economia;

(Agricultura, Florestas e Pescas, Indústria Transformadora,
Comércio, Serviços, Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações)

Capítulo IV – Aplicação do Salário Mínimo Nacional;

Capítulo V – Análise do Comportamento da Inflação e o Reflexo no Salário Mínimo Nacional;

Capítulo VI- Grau de Cobertura do Salário Mínimo Nacional Face ao Custo da Cesta Alimentar Básica;

Capítulo VII – Constatações e Sugestões.

I. - QUADRO ACTUAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1.1. Evolução Recente da Economia Nacional

O presente capítulo descreve a evolução recente da economia nacional, com destaque para o crescimento do PIB, e a sua dinâmica sectorial, expondo igualmente o desempenho da gestão macroeconómica, ao passar em revista os desenvolvimentos observados nos domínios das políticas fiscal, monetária e cambial. Apresentam-se os resultados alcançados a nível dos principais indicadores macroeconómicos e as perspectivas de fecho para 2019, na óptica da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos.

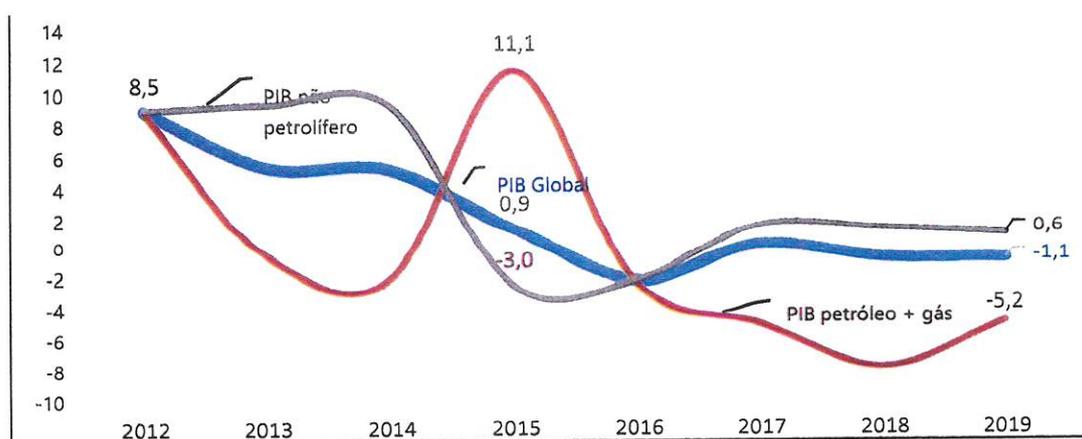
Sector Real

A actividade económica em Angola, ainda muito dependente do sector petrolífero, tem sido fortemente impactada pelos preços relativamente mais baixos desta commodity que se vêm verificando desde finais de 2014 e subsequentemente pela redução do investimento no sector.

O gráfico 1 mostra-nos a evolução do crescimento do PIB entre 2012 e 2017.

A redução de investimento no sector petrolífero, observada no período 2015-2017, continua a impactar a produção do sector, levando a uma recessão económica desde 2016.

Gráfico 1 – Taxas de Crescimento do PIB (%)



Fonte: MEP.

O baixo nível de crescimento da economia em 2019 foi determinado pela redução dos preços e da produção petrolífera observada ao longo do ano, ficando a produção petrolífera a abaixo do esperado.

Por sua vez, o sector não petrolífero apresenta um desempenho positivo, não obstante a significativa influência do desempenho do sector petrolífero no sector não petrolífero.

A tabela 1, que se segue, mostra-nos a evolução do crescimento das várias actividades do sector não petrolífero.

Tabela 1 – Taxas de Crescimento Sectoriais do PIB (%)

Indicadores	2017	2018	2019 Proj.
1. Agricultura	2,4	5,9	1,8
2. Pescas e derivados	2,4	2,2	-0,2
3. Extracção de Diamantes, de Minerais Metálicos e de Outros Minerais	-0,6	0,8	17,9
5. Indústria transformadora	10,3	1,8	3,6
6. Construção	3,7	3,1	3,5
7. Energia	-3,0	30,0	10,7
8. Serviços mercantis	-3,1	1,9	0,5
9. Outros (Sector Público Administrativo)	-22,1	0,0	-3,1

Fonte: MEP.

Os sectores de actividades que compõem o PIB não petrolífero deverão crescer a um ritmo superior à taxa de crescimento médio do sector, com excepção da “energia” e “serviços mercantis”.

O crescimento do sector não petrolífero é fundamental para a redução dos níveis elevados de desemprego causados pelo recente período de recessão. A ociosidade da força de trabalho é uma consequência dos baixos níveis de crescimento verificados nos anos anteriores.

O Executivo continua empenhado na adopção de medidas para a melhoria do ambiente de negócios, na atracção de investimento estrangeiro, capacitação dos cidadãos, preparando-os para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo.

Em 2019, foi aprovado o Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade (PAPE), que visa capacitar mais de 250 mil jovens em 3 anos. O PAPE tem como base de sustentação o microcrédito, os cursos de empreendedorismo e a formação profissional, bem como a distribuição de kits profissionais para inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, para o combate à informalidade, o Programa de Reversão da Economia Informal (PREI), enquadrado no PDN 2018-2022, pretende reduzir o fosso entre a formalidade e a informalidade na economia angolana.

O programa pretende aproximar as autoridades e os agentes económicos que exercem actividades no sector informal de modo a integrá-los na economia formal. A integração será materializada pela facilitação na criação de empresas, precedida na simplificação da obtenção de bilhetes de identidade e contas bancárias.

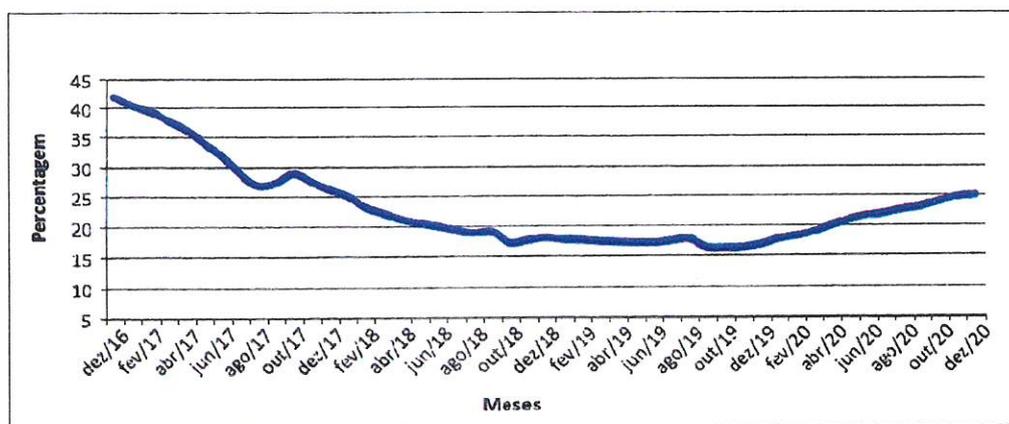
Inflação

Em 2019, previu-se que o nível geral de preços manteria uma tendência de desaceleração, desde o pico verificado em 2016, quando a taxa de inflação atingiu cerca de 41%.

A taxa de inflação nacional reduziu em 2017 para 23,67%, em 2018 para 18,60% e 2019 para 16,90%.

Os números recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que a taxa de inflação anual, medida no mês de dezembro de 2020, foi de 24,41%.

Gráfico 2 – Evolução da Inflação Homóloga, Nacional (%)



Fonte: INE.

O gráfico 2 mostra a evolução da inflação Nacional nos últimos cinco anos, 2016 até Dezembro de 2020.

A desaceleração da inflação nos últimos anos resulta da adopção de medidas de estabilização macroeconómica, inscritas no Plano Intercalar em 2017 e no Plano de Estabilização Macroeconómica do ano 2018.

Concomitantemente, em 2019, estas medidas foram reforçadas pela adopção do Expanded financing program (EFF).

As medidas de estabilização adoptadas pelo Executivo foram essencialmente de carácter monetário, cambial e fiscal.

1.2. Quadro macroeconómico para 2020

O quadro macroeconómico para 2020 apresentou dois objectivos principais, a saber: Os pressupostos técnicos subjacentes ao Orçamento Geral do Estado (O.G.E) revisto e as projecções económicas do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), assim como, dos principais agregados macroeconómicos da economia nacional.

Pressupostos Técnicos

O cenário macroeconómico para 2020 assenta num conjunto de pressupostos técnicos sobre as envolventes interna e externa, sintetizados na tabela 2.

Tabela 2 – Quadro Macroeconómico de Referência 2020

Indicadores	2017	2018	2019		2020
			OGE Revisto	PME	OGE
Inflação (%)	23,7	18,6	17,5	17,7	25,0
Produção de Diamantes (Mil quilates)	8 964,1	8 096,5	9 547,3	9 547,3	10 175,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	115,1	144,1	154,4	154,4	162,1
Produção de Petróleo + LNG Anual	597,6	539,8	523,7	507,1	524,5
Produção Petrolífera + ALNG (MBbl)/dia	1 637,3	1 478,9	1 434,7	1 389,4	1 436,9
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	53,9	70,6	55,0	63,2	55,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	29,0	48,7	29,0	48,7	50,9

Fonte: Programação Macroeconómica Executiva Revista 2019, MEP, MINFIN, MINPET e BNA.

Destacamos as previsões relativas a evolução do preço do petróleo nos mercados de futuros, produção petrolífera, taxa de câmbio e meta para a taxa de inflação definida.

Passamos a seguir abordar cada um desses pressupostos:

a) Preço do Petróleo

Para 2020, estabeleceu-se como preço normativo o valor de USD/bbl 55, não obstante as previsões optimistas das principais instituições internacionais que realizam projecções, na sequência da manutenção dos acordos de quotas de produção entre os países da OPEP e não OPEP.

Tal preço deriva da necessidade de se adoptar uma postura prudencial e conservadora, tendo em conta a volatilidade do preço no mercado mundial, e a necessidade de se evitar interrupções no provimento de serviços básicos às populações.

b) Taxa de Câmbio

Em 2020, em alinhamento a meta definida para a taxa de inflação, continuou-se a aprofundar a nova política cambial tendente à eliminação do desequilíbrio que ainda prevalece no mercado cambial de divisas do País. Com isso, procurou-se reforçar a recomposição das Reservas Internacionais e melhorar a eficiência do mecanismo de alocação de divisas.

c) Taxa de Inflação

Assumiu-se uma perspectiva de inflação anual ligeiramente mais alta para 2019 (17,7%), contrariamente ao que se previa inicialmente (17,5%), justificado pela ocorrência de ajustamento dos preços administrados pelo Executivo (tarifas de água e electricidade).

Para 2020, considerou-se um cenário de aumento significativo no ritmo do nível geral de preços para 25,0%, contrariamente ao objectivo do Executivo de não aceleração a partir de 2018 e da queda tendencial e sustentada para um dígito até o final de 2022.

Tal aumento resulta, fundamentalmente, da perspectiva do ajustamento gradual dos preços dos combustíveis e outros derivados do petróleo bruto.

Cenário Macroeconómico Para 2020

As previsões macroeconómicas para 2020 indicavam a retoma do crescimento do PIB, a uma taxa de 1,8% em termos reais. Este crescimento será suportado por um crescimento do PIB petrolífero de 1,5%, incluindo a produção de LNG, e do PIB não petrolífero de 1,9%.

PIB Petrolífero

O Executivo continua a trabalhar no sentido de redireccionar o actual perfil de declínio da produção petrolífera. O desempenho esperado no sector petrolífero, excluindo-se o gás, que é sustentado pela implementação de medidas estabelecidas para captar oportunidades, designadamente:

- i. Cumprimento rigoroso dos programas de manutenção e inspecção para garantir eficiência operacional acima dos 95%;
- ii. Realização de intervenções ligeiras nos poços de forma contínua, e asseguramento dos programas de revitalização dos campos Malongo

West, Kungulo e Banzala, no Bloco 0, bem como intervenções em poços nos Blocos 14,15,18 e 31;

- iii. Restabelecimento e melhoramento da injeção de água em várias concessões, bem como a mobilização de sondas para perfuração ou reparação de furos;
- iv. Optimização dos trabalhos durante as paragens programadas;
- v. Implementação de Estratégia de Desenvolvimento de Campos Marginais.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento do PIB 2017-2020

PIB Real e Componentes (%)	2017	2018	2019 PMER	2020
PIB global a preços de mercado	-0,1	-1,2	-1,1	1,8
(a) Petróleo e Gás Natural	-5,3	-9,5	-5,2	1,5
Petróleo	-5,2	-9,7	-6,1	3,4
Gás	461,4	-5,3	7,8	21,8
(b) PIB não Petrolífero	1,2	1,0	0,6	1,9
Agricultura	1,4	-2,0	1,8	3,1
Pescas e derivados	-1,1	-17,1	-0,2	4,0
Extracção de Diamantes, de Minerais Metálicos e de Outros Minerais	-0,8	-6,3	17,9	6,6
Indústria transformadora	1,2	4,6	3,6	1,2
Construção	2,5	0,4	3,5	1,3
Energia 0,5	-1,7	22,3	10,7	0,5
Serviços mercantis	1,5	-0,2	0,5	1,2
Outros (Sector Público Administrativo)	0,3	1,2	-3,1	1,5
PIB Nominal (mil milhões de Kz)	20 262,3	26 777,9	32 267,5	42 126,5
dos quais: Não Petrolífero	16 022,3	19 015,1	22 558,1	28 869,4

Fonte: MEP.

Adicionalmente, o Executivo tem consolidado o processo de reestruturação institucional do sector petrolífero, que culminou com a separação das funções concessionária e operadora da Sonangol, dando origem à Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG). Esta separação teve o intuito de conferir foco e maior eficiência produtiva à Sonangol.

Para a elaboração das previsões de produção de Petróleo e gás natural para o ano de 2020, teve-se em conta os seguintes aspectos:

- i. Reinício de produção dos campos Raia, Bagre e Albacore, no Bloco 2/05.
- ii. Entrada em produção do projecto Gimboa Noroeste (GimNW) no Bloco 4/05, com uma produção média anualizada de BOPD 4.000.
- iii. Restabelecimento e melhoramento da injeção de água em várias concessões.
- iv. Cumprimento e optimização dos programas de manutenção geral previstas nos Blocos 4/05, 14, 17 e 18, dentro dos prazos previstos.
- v. Entrada em produção do campo Agogo, fase 1, no Bloco 15/06 com uma produção média anual de BOPD 8.000.
- vi. Contratação e mobilização de uma segunda sonda para serviços de intervenção nos poços, nos Blocos 18 e 31.

Para 2020, esperava-se alcançar uma produção de 1.436 BOPD, destacando que neste ano previa-se estabilizar a produção de 114.000 BOPD do Polo Kaombo Sul.

PIB Não Petrolífero

Comparativamente ao ano de 2019, a previsão para 2020 de crescimento do sector não petrolífero reflecte uma aceleração 1,3 pp.

Perspectiva-se uma aceleração maior da actividade não petrolífera, à medida que as políticas de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos fossem implementadas e absorvidas pelos agentes económicos, reposicionando as suas decisões de investimento e consumo, sobretudo os desequilíbrios associados ao mercado cambial e as reformas estruturais voltadas para a dinamização da diversificação económica.

A previsão de 1,9% para o crescimento do sector não petrolífero é resultante de uma maior aceleração do crescimento nos sectores de agricultura, pescas e derivados e serviços mercantis.

II – MERCADO DE EMPREGO

O objectivo fundamental em matéria de emprego é o de promover o acesso ao mesmo, fomentar o auto-emprego e valorizar a mão-de-obra nacional, criando assim condições para a redução da pobreza, da fome e para o desenvolvimento económico e social sustentado.

A crise económica e financeira que assola o país desde algum tempo a esta parte, derivada da baixa do preço do barril de petróleo bruto no mercado internacional, principal fonte de receita do Orçamento Geral do Estado (OGE) e o estado de calamidade pública que vigora até a data presente, fruto da existência da pandemia, causada pela Covid-19, estiveram na origem em 2020, do abrandamento temporário da actividade económica, ou seja, os significativos desequilíbrios nos mercados monetário e cambial, orçamental e fiscal, assim como no mercado de trabalho, com destaque para a falência e insolvência de empresas, pouca produção de bens e serviços, sobretudo os não essenciais, bem como, as restrições impostas à livre circulação de pessoas e mercadorias em todo o território nacional, associado a uma força de trabalho de 75% nas províncias e 50% em Luanda nos locais de trabalho, facto que resultou no despedimento de trabalhadores.

Por outro lado, a crise financeira e económica mundial, lançou uma nova luz sobre as novas formas de trabalho, nomeadamente o teletrabalho, vídeos conferências não só em termos da quantidade, mas também em qualidade, sendo o emprego uma variável exógena influenciada pela conjuntura económica nacional e internacional.

Desse modo, o Executivo, tem vindo a materializar vários projectos concretos a exemplo do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE), assumindo como um dos eixos de actuação a implementação de programas que visam o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismo de combate á pobreza e á exclusão social.

Nesse âmbito, tem tomado medidas que incentivam o investimento privado, criando desde logo, condições para gerar mais postos de trabalho, com a adopção de medidas de políticas coordenadas de formação da mão-de-obra e de quadros nacionais, em diferentes subsistemas de ensino, com o objectivo de aumentar o nível de qualificações e valorizar os quadros nacionais, a curto, médio e longo prazo.

Segundo os critérios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cada pessoa com 15 ou mais anos de idade, apenas deve ser classificada como:

- i) economicamente activa (empregada ou desempregada);

- ii) economicamente não activa (inactivos), considerando a sua situação nos 7 dias anteriores a uma determinada entrevista.

Assim, um inquérito recente sobre o emprego no país, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no IV trimestre de 2020, publicado na folha rápida de informações, revela que os indicadores sobre o mercado de trabalho mostram algumas evidências marcadas pelo impacto directo das situações acima expostas (crise económica e pandémica).

Neste contexto, no quarto trimestre de 2020, a população desempregada, estimada em 4.747.622 pessoas com 15 ou mais anos de idade, diminuiu em 8,9%, (461.023 pessoas) em relação ao trimestre anterior. Neste caso concreto e comparativamente ao terceiro trimestre de 2019, (período homólogo), aumentou em 120.465 pessoas, representando 2,6%. A taxa de desemprego foi estimada em 30,6%, valor inferior em 3,4 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, (34,0%) e inferior a 1,2 pontos percentuais relativamente ao trimestre homólogo, (31,8%), em 2020.

Neste domínio da população desempregada com 15 ou mais anos de idade, 2.179.574 são homens e 2.568.048 são mulheres, tendo a taxa de desemprego estimada em 30,6%, dos quais 32,1% correspondente as mulheres e 29,1% aos homens, com uma certa diferença de 3 pontos percentuais.

Por outro lado, verificou-se que, a taxa de desemprego na área urbana foi de 41,7%, sendo três vezes superior à da área rural 15,6%, com uma diferença de 26,1 pontos percentuais. Verificou-se igualmente, que a taxa de desemprego nos jovens, entre os 15-24 anos, situou-se em 55,3%, não existindo diferença significativa entre homens e mulheres.

Relativamente, a população empregada com 15 ou mais anos de idade, o Instituto Nacional de Estatística, faz saber que a mesma, foi estimada em 10.749.488, tendo aumentado 6,3% em relação ao trimestre anterior (mais 636.589 pessoas) e 8,3% em relação ao trimestre homólogo de 2019. Fez saber ainda, que a taxa de emprego, foi estimada em 62,8%, registando-se um aumento de 5,2%, em relação ao trimestre anterior que foi de 59,7% e um aumento de 4,1%, comparado ao trimestre homólogo, que foi de 60,3%.

Assim, desta taxa de emprego estimada em 62,8%, a área rural, foi significativamente superior à urbana, (79,4% e 51,4%), respectivamente, com uma diferença de 28 pontos percentuais e por outro lado, a taxa de emprego dos homens, (64,9%) excedeu a das mulheres, (60,9%) em cerca de 4 pontos percentuais. Em relação aos jovens entre 15-24 anos de idade, a taxa de emprego foi de 37,9%, não havendo diferença significativa entre homens, (38,0%) e mulheres, (37,8%).

Os dados da folha de informação rápida do INE, espelhados no inquérito, indicam também, que a população economicamente activa no país, com 15 ou mais anos de idade, foi estimada em 15.497.110 pessoas, das quais 7.498.569 são homens e 7.998.541 mulheres e que a taxa de actividade desta mesma população, foi estimada em 90,5%, sendo a mais elevada nos homens, 91,4% em relação as mulheres, 89,7%, destacando-se também o aumento da taxa de actividade na área rural, 94,1% em relação à urbana, calculada em 88,1%, respectivamente.

Importa sublinhar que a população economicamente activa com 15 ou mais anos de idade, aumentou em 1,1% em relação ao trimestre precedente, o que corresponde a um aumento de 175. 567 pessoas. Esta variação trimestral, deveu-se essencialmente, ao aumento da população empregada, (636.589 pessoas) e na diminuição da população desempregada, (461.023 pessoas).

No domínio da população desempregada com 15 ou mais anos de idade, a taxa de desemprego diminuiu em 8,9%, comparativamente ao terceiro trimestre de 2020, correspondendo a uma diminuição de 461.023 pessoas, representando cerca de 3,4 pontos percentuais e para os jovens com 15-24 anos, correspondente a 55,3%. No geral nesse domínio, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2020, diminuiu em 3,7% em relação ao trimestre homólogo de 2019.

No âmbito da população inactiva, com 15 ou mais anos de idade, o inquérito do INE esclarece que foi estimada em 1.617.482 pessoas, dos quais 701.649 (8,6%) são homens e 915.833 (10,3%) são mulheres. A sua taxa de inactividade situou-se em 9,5%, sendo duas vezes mais elevada na área urbana, (11,9%) que na rural, (5,9%).

Desse modo, a referida taxa apresenta valores mais elevados nos grupos etários de 65 ou mais anos de idade, com 36,1%, (grupo em que muitas pessoas encontram-se reformadas e outras sem condições físicas para trabalhar devido a idade avançada), e jovens entre 15-24 anos de idade, representando 15,3% (grupo em que muitos jovens ainda são estudantes).

2.1. Efeitos da Actual Crise no Mercado de Emprego

Além das consequências para os sistemas de saúde do mundo, das mudanças na dinâmica económica, da alteração quanto à circulação de pessoas nos âmbitos local, nacional e internacional, a pandemia causada pelo Sars-CoV-2, popularmente conhecido como Covid-19, provocou, sem dúvida, transformações gigantescas no mundo do trabalho. Atingiu todas as classes trabalhadoras de forma diferenciada, nomeadamente o desemprego para uma parte considerável da população durante a pandemia, sobretudo

transformações gigantescas no mundo do trabalho. Atingiu todas as classes trabalhadoras de forma diferenciada, nomeadamente o desemprego para uma parte considerável da população durante a pandemia, sobretudo naqueles sectores económicos e sociais que demandam tanto da presença física do trabalhador quanto a presença física dos clientes, tais como os serviços, aviação, restauração, turismo e toda a sua cadeia produtiva. Tudo isso, criou vários problemas e consequências para a vida social dos cidadãos em geral e no mercado de emprego em particular, com destaque para os incumprimentos contratuais, encerramento de empresas, aumento do custo de vida e perda de muitos postos de trabalho.

Apesar dos números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2020, relativamente ao aumento da taxa de emprego estimada em 62,8%, registando-se um aumento de 5,2% em relação ao trimestre anterior (59,7%) e um aumento de 4,1% comparado ao trimestre homólogo (60,3%), perduram ainda enormes dificuldades na manutenção dos postos de trabalho, particularmente em sectores como hotelaria, restauração, comércio, construção e educação dentre outros.

2.2. Contribuição dos Sectores na Geração de Emprego

De realçar que mais de metade (56,1%) da população empregada encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6.034.744 pessoas), seguido do comércio por grosso e a retalho com 19,4% (2.087.546 pessoas). O sector que menos emprega é o sector de actividades financeiras, imobiliária e de consultoria com 0,6% (60.296 pessoas).

O Instituto Nacional de Estatística (INE), pontualiza que a maioria das pessoas empregadas no país, têm emprego informal ou seja cerca de 80,8%, correspondente a 8.685.676 pessoas, das quais 71,1% são homens (3.783.121 pessoas) e 90,3% mulheres (4.902.555 pessoas), sendo a taxa de emprego informal maior na área rural comparado com a urbana (93,3% e 67,5%) respectivamente.

Neste quadro, a taxa de emprego informal no sector não agrícola, na população com 15 ou mais anos de idade foi de 59,9%, sendo que o grupo etário entre 15-24 anos de idade, apresenta a taxa mais alta (77,1%) em relação a outros grupos etários e que as mulheres registam uma taxa significativamente superior (79,5%) contra 43,7% dos homens.

Tabela 4 - Empregos Gerados por Ano no período 2014-2020

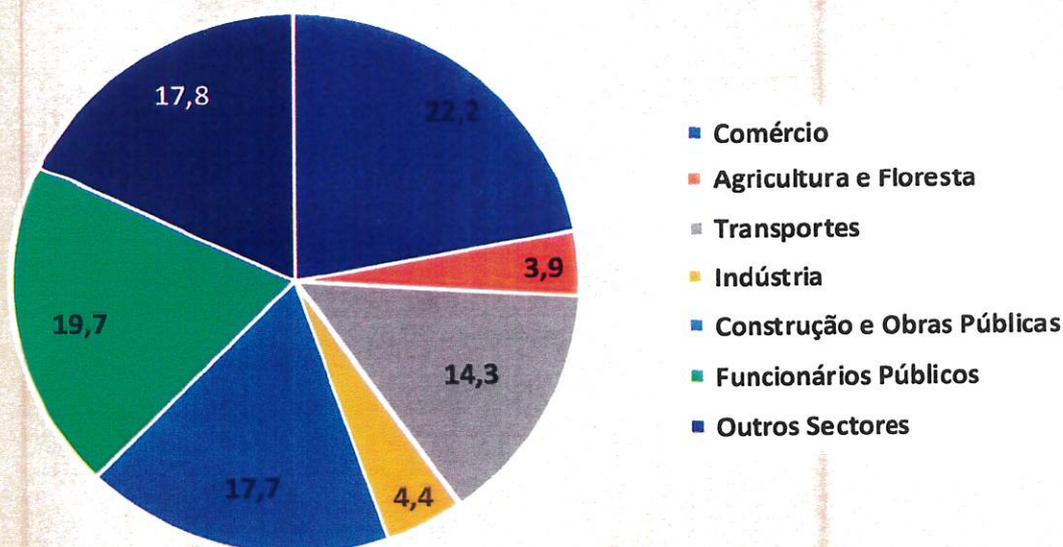
SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	EMPREGOS GERADOS						
	2014	2015	2016	2018	2019	2020 (*)	Total
Sector Empresarial	266 865	211 969	156 763	56 116	74 006		765 719
Administração Pública e Outros	39 812	1 368	3 010	0	31 875		73 055
Total Geral	306 677	213 337	159 773	56 116	105 881		838 774

Fonte: GTME

(*) - O Grupo Técnico para o Estudo da Evolução do Salário Mínimo Nacional (GTEESMN) não lançou os dados relativos aos empregos gerados no ano de 2020 na tabela nº 4, porque os mesmos ainda carecessem de aprovação das entidades com competências sobre a matéria.

Os dados constantes da tabela nº 4, revelam que no período de 2014 à 2019, foram criados no país, pelos diferentes sectores que compõem à atividade económica empresarial e Administração Pública, 838.774 postos de trabalho, sendo 2014 o ano mais produtivo, onde foram criados 306.677 empregos.

Gráfico 3 - Sectores com maior Número de Empregos Gerados no Período de 2018 - 2019



Relativamente ao gráfico nº 3, no período compreendido entre 2018 até 2019, cinco (5), sectores tiveram um índice de destaque no processo de geração de empregos no país designadamente, do Comércio com 22,2%, da Construção e Obras Públicas com 17,7%, dos Transportes com 14,3%, outros sectores com 17,8%, e por último da Administração Pública com 19,7%.

III. - CARACTERIZAÇÃO DOS SECTORES NA ECONOMIA

Uma produção nacional forte, uma correcta distribuição e um consumo consciente de bens e serviços, são peças fundamentais para garantir que uma economia seja sustentável, pela análise da relação entre produção, distribuição e consumo.

A distribuição e consumo são obviamente consequências do que é produzido, uma vez que a produção pode ser insuficiente, suficiente ou excedente e, em todas as situações apresentadas, percebe-se a importância na satisfação das necessidades por um lado e por outro nos benefícios da produção excedente, que vai desde a possível geração de receitas extras numa possível exportação, desenvolvimento de outros produtos, armazenamento para necessidades futuras, dentre outras vantagens.

A economia angolana sofreu, no último ano de 2020, o efeito da crise económica e financeira global, aliada a COVID 19, facto que se traduz numa redução do ritmo do crescimento da economia verificado até esta data. Angola não é só petróleo e diamantes. O sector petrolífero que, tradicionalmente é a alavanca da actividade económica, sofreu uma queda de produção devido, não só, às restrições e limitações da produção, bem como à queda na produção com a redução do preço do petróleo. A agropecuária desempenha um papel fundamental no desenvolvimento económico e social de Angola. A actividade produtiva desenvolvida nos sectores agrícola, pecuário e silvícola tornam-se populares e começam a ser vistos como uma alternativa válida de sustentabilidade das famílias e não só, por possuírem um custo menor de produção, por provocarem menor impacto à natureza, por poderem ser comercializado a um custo menor, bem como por serem resultantes de fontes renováveis. Mas dada a excessiva dependência do preço do petróleo ao nível internacional e da sua ineficiência produtiva, importa que se faça uma reflexão sobre a evolução de outros sectores para a diversificação da economia nacional.

3.1. Sector Primário: Agricultura, Florestas e Pescas

3.1.1 Agricultura, Pecuária e Silvicultura

O sector da Agricultura representa, no quadro da diversificação da economia, um papel preponderante no combate à fome, na garantia da segurança alimentar e nutricional da população, na redução da pobreza e desemprego, tanto no meio rural como urbano, através da comercialização dos produtos do campo. Este sector é de grande importância para a população que não deve ser subestimado, porque quase metade dos agregados familiares se dedicam a essa actividade.

família registou também uma redução, na ordem dos 17, 6%, distribuídas em 0.6 toneladas de cereais, 0,14 de leguminosos, 2,38 de raízes e tubercules e outras 0,83 toneladas de hortícolas.

Para desenvolver o sector agropecuário do país é importante conhecer as principais limitações produtivas, permitindo que os investimentos sejam canalizados para acções que possam produzir resultados sustentáveis para o país. Embora verificadas algumas dificuldades no sector, também se pode constatar que o Governo tem adoptado uma política de Concessão de Uso gratuita e exigindo apenas a exploração da área. Neste âmbito, pode ser exigida uma integração produtiva dos agricultores localizados na periferia. É nesta senda que no ano de 2020 foram produzidos os seguintes produtos agrícolas: milho, arroz, massambala, trigo e açúcar.

Tabela 5 - Milho: Área Semeada Produção e Produtividade

Agricultura	Área semeada (Ha)	Participação (%)	Produção (ton)	Participação (%)	Produtividade (kg/Ha)
Familiar	2.419.644	91,6	2.280.037	80,9	942
Empresarial	223.047	8,4	538.647	19,1	2.415
Total	2.642.691	100,0	2.818.684	100,0	1.067

Fonte: Página oficial do Prodesi

O milho é o principal produto agrícola do País, representando 50% dos 5,7 milhões de hectares cultivados. Entre os cereais, representa 97% da área cultivada pelos agricultores familiares e 99% da empresarial. Contudo, apenas 30% do milho produzido é comercializado com terceiros. É o único cereal produzido pela agricultura familiar e empresarial em todas as 18 provinciais, embora o Huambo, Cuanza Sul, Bié, Benguela e Huíla sejam responsáveis por mais de 80% da produção do país.

Tabela 6 - Arroz: Área Semeada, Produção e Produtividade

Agricultura	Área semeada (Ha)	Participação (%)	Produção (ton)	Participação (%)	Produtividade (kg/Ha)
Familiar	5.630	66,5	5.082	50,3	903
Empresarial	2.837	33,5	5.020	49,7	1.769
Total	8.467	100,0	10.102	100,0	1.193

Fonte: Página oficial do Prodesi

A produção nacional de arroz, apesar de ser uma cultura com uma longa e antiga história no País, é muito pequena, segundo o relatório da campanha agrícola de 2018/2019. Foram cultivados apenas 8.467 ha, dos quais a

agricultura familiar foi responsável por 5.630 ha (66,5%) e a empresarial por 2.837 ha (33,5%). A produção nacional foi de 10.102 toneladas, distribuída igualmente entre os dois grupos de agricultores. A produtividade média foi de 1.193 kg/ha, com 903 kg/ha na agricultura familiar e 1.769 kg/ha na empresarial.

A produção familiar está concentrada em 4 províncias (Bié, Moxico, Uíge e Malanje), com o Bié a ser responsável por 50% da produção nacional. Na agricultura empresarial há produção de arroz sequeiro e irrigado, cultivado apenas nas Províncias do Bié, Uíge e Malanje.

Tabela 7 - Massambala: Área Semeada, Produção e Produtividade

Agricultura	Área semeada (Ha)	Participação (%)	Produção (ton)	Participação (%)	Produtividade (kg/Ha)
Familiar	145.257	99,6	31.866	98,8	219
Empresarial	605	0,4	391	1,2	646
Total	145.862	100,0	32.257	100,0	221

Fonte: Página oficial do Prodesi

Foram semeados 145.862 ha de massambala, que resultaram numa produção de 32.257 toneladas. Mesmo considerando os efeitos negativos da seca, na campanha anterior (2017/2018) a produção total também foi baixa, com a produção de 39.788 toneladas.

Angola sempre foi um país auto-suficiente em todos os principais cultivos, com exceção do trigo. O trigo foi cultivado em apenas 5.984 hectares, onde 5.679 hectares, corresponderam à agricultura familiar e 305 hectares à agricultura empresarial. A produção total foi de 4.357 toneladas e a produtividade média foi de apenas 728 kg/ha. Entre os agricultores familiares, toda produção é praticamente destinada ao consumo familiar, com a farinha a ser produzida em moinhos artesanais, com venda local de pequenos excedentes, conforme a tabela 9.

Tabela 8 - Trigo: Área Semeada, Produção e Produtividade

Agricultura	Área semeada (Ha)	Participação (%)	Produção (ton)	Participação (%)	Produtividade (kg/Ha)
Familiar	5.679	94,9	4.179	95,9	736
Empresarial	305	5,1	178	4,1	584
Total	5.984	100,0	4.357	100,0	728

Fonte: Página oficial do Prodesi

Relativamente ao açúcar, a produção comercial de cana-de-açúcar em larga escala é muito recente em Angola, embora já tenha exportado açúcar durante o período colonial. A produção e industrialização da cana é

realizada unicamente pela empresa BIOCUM, que iniciou a construção da sua fábrica de açúcar, etanol e energia em 2008 e concluiu em 2014, quando iniciou o processamento da cana-de-açúcar. O projeto da BIOCUM prevê o processamento de 2,2 milhões de toneladas de cana por ano, provenientes de uma área de 38 mil hectares.

O Governo está apostado em inverter paulatinamente a agricultura manual, que hoje representa cerca de 72% do total das áreas cultivadas, tendo investido na aquisição de 990 tratores e respectivas alfaías, o que permitiu criar 89 brigadas de mecanização agrícola privadas, localizadas em todos os municípios do país, e 15 brigadas de mecanização e engenharia rural.

Reconhecendo a importância do sector produtivo no actual contexto do nosso país, e com o objectivo de mitigar o impacto socio-económico da pandemia da COVID-19, o Governo aprovou o Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar 2020-2022, assente no reforço da capacidade institucional e na melhoria da assistência técnica para o fomento agropecuário, florestal e pesqueiro, que poderá garantir o incremento de pelo menos 15 a 20% da produção familiar e apoiar cerca de 1.224.000 famílias.

Na mesma perspectiva, o Governo reduziu a taxa do IVA para efeitos de tributação nas operações de importação dos insumos agrícolas e bens de capital de 14 para 5%, e com isto observamos um incremento da produção nacional, o que é encorajador

Comparando os resultados provisórios do actual ano agrícola com as cifras de 2018/19, registam-se assinaláveis aumentos na produção de cereais, de raízes e tubérculos, leguminosas, oleaginosas, frutas e hortícolas.

Para o fomento da produção do café, cacau, dendém e caju, tem estado a ser fornecido um número elevado de mudas nas províncias do Bié, Cabinda, Cuanza-Sul, Huambo, Uíge e Zaire.

A exportação de café, embora limitada a pouco mais de 1 milhão de toneladas, rendeu mais de 2 milhões de dólares, sendo este um ramo de actividade que poderá interessar cada vez mais a eventuais empresários nacionais e estrangeiros.

No âmbito do programa de repovoamento de gado bovino, familiar e empresarial, foram adquiridas mais de 4.300 cabeças de gado bovino, número que se deve elevar para 75.000 nos próximos anos.

No domínio do fomento avícola, foi distribuído um total de 130.000 pintos e numerosas incubadoras, e prestada assistência técnica aos beneficiários nas províncias do Bengo, Cabinda, Cuanza-Norte, Huambo, Luanda e Malanje.

3.1.2 Florestas

As florestas de um modo geral, além da sua importância natural e pelo seu valor intrínseco, abrigam grande parte da biodiversidade do planeta, tanto da fauna como da flora. Elas concentram, de acordo com a ONU, 75% da água doce do planeta e contribuem para a integridade dos rios, por fornecerem proteção através das matas ciliares. Protegem igualmente os solos de erosões, reduzem a saída de nutrientes dos ecossistemas, quando em equilíbrio; entre outros inúmeros aspectos de importância biológica.

De igual modo, as florestas também são de grande importância para o ser humano, não só por garantir os processos biológicos, mas também por trazerem diversos benefícios à sociedade. Dentre esses benefícios podemos citar a melhoria na qualidade de vida, o fornecimento de recursos naturais, tais como recursos madeireiros, plantas medicinais e produtos destinados a nossa alimentação, logo, são fontes de recursos genéticos e locais de pesquisa, turismo e recreação.

Os recursos florestais têm sido considerados como capital natural disponível que, com baixos níveis de investimento, poderão gerar benefícios económicos, sociais e ambientais para o Estado e a sociedade, através da sua exploração e utilização sustentáveis.

O País apresenta uma extensão florestal de aproximadamente 53 milhões de hectares, o que corresponde a 43.3% da sua superfície territorial.

O país é detentor de um património florestal e faunístico rico e variado, quase único na região, tanto em termos quantitativos como qualitativos, que a ser explorado de forma sustentável pode constituir uma base para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

É de realçar a actividade apícola que se vem desenvolvendo no País ao longo dos tempos.

Tabela 9

PROVÍNCIA	Apicultores Tradicionais	Formados	COLMEIA		Associação	Mel kg	Cera kg
			Melhoradas	Tradicionais			
Bengo	179	3	62	12	2		
Benguela	182	23	20	54	3	117	
Bié	2.611	109	532	254	7	52.525	378
Cabinda	0	0	0	0	0		
Cunene	0	0	0	2	2	5.625	675
Quando Cubango	4.822	64	532	18	18	464	56
Huambo	4.536	17	541	37	37	10.000	215
Huíla	2.344	56	27	12	12	175	21
Cuanza Norte	338	72	0	3	3		
Cuanza Sul	359	21	10	7	7	36	38
Luanda	0	0	0	0	0		
Lunda Norte	3.912	2	0	6	6	161	
Lunda Sul	3.661	2	0	6	6	68	24
Malange	3.132	93	0	4	4	2.040	140
Moxico	5.009	64	51	122	122	13.850	
Namibe	204	56	100	1	1	68	
Uíge	0	0	0	1	1		
Zaíre	18	0	0	0	0	209	

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas

Tabela 10 - Previsão das Receitas do Mel, no Âmbito do Relançamento da Produção Apícola

PROVÍNCIA	Kits de Produção	Colmeia Langstroth	Alça	Mel (Kg)	Receita (Kz)
MOXICO	9	270	270	2.700	2.700.000
BIÉ	6	180	180	1.800	1.800.000
C. CUBANGO	6	180	180	1.800	1.800.000
LUNDA SUL	3	90	90	900	900.000
HUAMBO	6	180	180	1.800	1.800.000
LUNDA NORTE	2	60	60	600	600.000
MALANJE	2	60	60	600	600.000
HUILA	2	60	60	600	600.000
TOTAL	36	1.080	1.080	10.800	10.800.000

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas

3.1.3 Pescas

Num país produtor e consumidor de pescado como Angola, o sector das Pescas e Aquicultura, apresenta um importante potencial para o desenvolvimento da economia nacional, contribuindo não só para a segurança alimentar, mas também para o emprego e o alívio da pobreza das populações, através da promoção de uma exploração sustentável e equilibrada dos seus recursos pesqueiros.

Nos últimos anos, foi feito um esforço considerável para se incrementar o peso do sector das pescas no desenvolvimento da economia do País. Houve um aumento da frota pesqueira e realizaram-se ainda investimentos no domínio do processamento, transformação, conservação e transporte dos produtos da pesca. Apesar do desenvolvimento do sector, a difícil coordenação e integração dos diferentes elementos da fileira das pescas e aquicultura, não facilita as necessárias sinergias e a adição de valor entre os diferentes sub-sectores.

Os objectivos gerais do Programa do Executivo Angolano incluem como grandes linhas prioritárias o combate à fome e a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento social e económico do País. De acordo com o PND 2018-2022, é promovida a Política Nacional de “Promoção e Diversificação da Estrutura Económica Nacional” através da “Promoção do Empreendedorismo e do Desenvolvimento do Sector Privado Nacional”, sendo definido especificamente como objectivo geral para o sector das Pescas e Aquicultura: “Promover a gestão sustentável dos recursos aquáticos vivos, através de um aumento controlado das capturas da pesca industrial, semi-industrial e artesanal” e “ Aumentar e promover a competitividade da produção de sal e da aquicultura de modo sustentável”.

A orla costeira de Angola, com cerca de 1.650 km, inclui 7 Províncias costeiras, Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza Sul, Benguela e Namibe. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) estende-se até 200 milhas náuticas a partir da linha de base e tem uma área total de 332 000 km². A quase totalidade da pesca é realizada junto à costa e à uma profundidade de até 200 m correspondendo ao limite da plataforma continental (com largura máxima de mais de 95 Km e mínima de menos de 2 km).

Apesar da grande extensão das águas continentais de Angola, e de se conhecer a grande importância da pesca continental para a segurança alimentar e nutricional das populações do interior do País, pouco se conhece sobre os recursos pesqueiros das águas continentais. As espécies mais exploradas e procuradas são o cacusso (espécies dos géneros *Oreochromis* e *Tilapia*) e o bagre (*Clarias gariepinus*).

Nas águas marinhas, os principais recursos pesqueiros são em geral classificados em cinco grupos principais:

- Pequenos peixes pelágicos;
- Grandes peixes pelágicos;
- Peixes demersais, ou de fundo;
- Crustáceos - de profundidade e costeiros;
- Cefalópodes.

Tabela 11
Recursos Pesqueiros Explorados no Período de 2014 - 2018

RECURSOS	(Ton)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Crustáceos e Moluscos	4 552	5 390	5 390	4 590	4 590
Espécies Demersais	96 143	96 143	96 143	59 773	59 773
Espécies Pelágicas	264 869	259 869	259 869	259 869	254 869
Total	365 564	361 402	361 402	319 232	319 232

Fonte: MINAGRIP.

Estes recursos são explorados por uma grande diversidade de frota, usando múltiplas artes. Os recursos das águas interiores são variados, mas ainda não se encontram plenamente estudados e não se conhece a extensão da sua exploração.

A frota de pesca é muito diversificada, em todos os aspectos, desde a dimensão das embarcações e materiais do casco até às artes e métodos de pesca utilizados, e explora uma grande variedade de recursos pesqueiros.

A regulamentação e obrigações declarativas e outras dependem do segmento de frota em que cada embarcação é classificada, sendo mínimas para a pesca de subsistência e mais complexas para a pesca industrial. Por esta razão, o Ministério das Pescas e Mar (MINPESMAR) tem procedido à reclassificação pontual de alguns tipos de embarcações, de forma a assegurar que embarcações com maior poder de pesca sejam classificadas no segmento com as obrigações e regulamentações adequadas à sua real capacidade de pesca.

O bom funcionamento da fileira das pescas depende não só da relação entre os seus subsectores, mas também da disponibilidade regular e a preços adequados de serviços gerais de manutenção e reparações, assim como de insumos.

Actualmente com o efeito das restrições da pandemia da COVID 19 houve uma redução de 34,7% da captura de pescado comparado com o mesmo período de 2018/2019.

A produção de sal, por sua vez, registou um aumento de 58,8%, fruto da ampliação das salinas na província de Benguela. Quanto à Aquicultura, continuam a aumentar as iniciativas privadas, embora se registem dificuldades para a aquisição de ração, sector que também é atraente para investimentos.

A maior aposta do Executivo continua a ser na pesca artesanal e na aquicultura, por empregar um número maior de mão-de-obra e conservar melhor os nossos recursos biológicos aquáticos.

Foram criados Centros Integrados de Apoio à Pesca Artesanal e há igualmente necessidade de se reforçar as acções de fomento nas províncias, onde esta actividade já emprega mais de 2.300 famílias.

3.2. Sector Secundário: Indústria Transformadora

No domínio da indústria e do comércio, o sector alimentar foi um dos que mais desenvolvimento registou em 2019. Fruto da política do governo relativa à importação de matéria-prima e não do produto acabado, registaram-se inúmeros investimentos neste sector, com resultados significativos no aumento da produção e conseqüente diminuição da importação de alguns produtos.

Um dos exemplos mais relevantes é o das farinhas. Existe actualmente uma capacidade de produção de farinha de trigo de 600 mil toneladas/ano, dividida por três unidades industriais.

Até finais de 2021, em razão de novos investimentos, esta capacidade actualmente instalada poderá duplicar e garantir a auto-suficiência na oferta de farinha de trigo nos próximos anos, se for incentivada a produção nacional de trigo e a importação preferencial de trigo em grão, em detrimento da importação do produto acabado, a farinha de trigo.

Igual tendência se verifica na produção da fuba de milho, segmento em que está activo um grande número de operadores de pequena, média e grande dimensão, que totalizam já uma capacidade de produção de cerca de 300 mil toneladas/ano.

Também a produção de massas alimentares se tem estado a desenvolver, estando já em actividade cinco unidades industriais, com uma capacidade de produção de 200 mil toneladas/ano, e outras em fase de implementação.

O sector de bebidas, por sua vez, é o que mais tem potenciado o surgimento e crescimento de novas empresas e actividades industriais, como a produção de embalagens de cartão, grades de plástico, rótulos, tampas, sem esquecer as acções associadas à distribuição, logística, marketing e publicidade.

O país conta actualmente com 5 (cinco) unidades de produção de cimento, com uma capacidade de produção superior a 8.000.000 (oito milhões) de toneladas de cimento e de cerca de 6.500.000 (seis milhões e meio) de clínquer por ano. em ambos os casos as capacidades instaladas satisfazem as actuais necessidades de consumo nacional.

Há a referir a produção de outros materiais de construção com destaque para o varão de aço, tubos metálicos, tintas e similares, cabos eléctricos e mosaicos, cuja produção não satisfaz ainda a grande procura.

Têm estado também a ser implementados novos projectos de fabricação de detergentes e produtos de limpeza e desinfeção de alto consumo doméstico, industrial e hospitalar, com a produção de material de limpeza e higienização, máscaras, toucas e batas hospitalares, o que prova que os cenários de crise podem gerar oportunidades de novos negócios.

Ao nível do comércio rural, foi já aprovado o plano de acção do programa integrado de desenvolvimento do sector, com vista a fomentar a produção agrícola nacional e desenvolver diferentes canais de escoamento para o consumo final, através dos mercados tradicionais e do circuito moderno de distribuição, ou para transformação pela indústria agroalimentar.

Com o mesmo objectivo, estão a ser realizadas em diferentes províncias feiras-leilão para o escoamento dos produtos do campo.

No que diz respeito à integração regional, foram dados passos significativos para se acentuar a participação da economia angolana nos mercados regionais e internacionais.

Ao nível da SADC, está prevista ainda para este ano a discussão relativa à implementação de uma Zona de Comércio Livre. Angola iniciou também o processo para a elaboração da Oferta Tarifária para a Zona de Comércio Livre Continental Africana, em fase de ractificação.

3.3. Sector Terciário: Comércio e Serviços.

A diversificação da economia passa também pelo sector terciário, nomeadamente, o comércio e serviços, pelo facto de possuir uma

contribuição satisfatória e activa no desenvolvimento económico e social do País. Sendo assim foi dada maior atenção pelo executivo no que se refere:

3.3.1 Obras públicas e transportes

No domínio das obras públicas e do ordenamento do território, de outubro de 2017 a setembro de 2020 foram reabilitados 1.248 quilómetros da rede primária de estradas, 328 dos quais de outubro de 2019 a setembro de 2020, e 188 quilómetros da rede secundária.

Ao nível do sector dos transportes, o governo tem estado a agir para garantir acessos diferenciados a cabinda, com vista a superar a descontinuidade geográfica e a melhorar as condições de vida das populações e a economia desta parcela do território nacional.

A oferta de serviços de transporte colectivo também tem vindo a melhorar, através do programa de reforço do transporte rodoviário, com a distribuição de mais meios e a entrega de 165 autocarros, em função das necessidades de cada província, tendo sido atribuídos à capital do País 153 autocarros.

3.3.2 Telecomunicações

No domínio das telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação social foi já anunciado o vencedor do concurso público para a atribuição do título global unificado para uma nova operadora de telefonia móvel, estando, nesta fase, a decorrer a negociação do contrato.

Os serviços de telefonia móvel em Angola registaram um acréscimo de 60.801 subscritores, que se elevam agora a 14.937.350 utentes. estão registados 6.714.252 subscritores com acesso à internet, o que representa um acréscimo de 74.458 subscritores.

Por iniciativa de investidores da rede privada foi lançada em Luanda uma fábrica de montagem de telemóveis, tablets e computadores, que vai não só aumentar a oferta deste tipo de produtos de grande procura por todos mas sobretudo pelos jovens, e criar novos postos de trabalho.

No serviço de televisão por assinatura, estão registados 1.799.164 subscritores, um aumento de 74.340.

De acordo com a edição de 2020 do ranking da liberdade de imprensa, compilada pela organização repórteres sem fronteiras, Angola subiu 15 pontos em três anos, ocupando actualmente a posição 106.

Também ao nível do índice de percepção da corrupção da transparência internacional, segundo a edição de 2019 divulgada no passado mês de Janeiro, Angola subiu 19 pontos e melhorou a sua pontuação, saindo neste ranking da posição 165 para a 146.

Na região da SADC, o país conquistou este ano dois importantes prémios de jornalismo, nas categorias de rádio e de fotografia, fruto das medidas de política de formação e superação de jornalistas e quadros do sector.

De destacar também a política de modernização tecnológica e de reforço de infraestruturas das empresas e institutos públicos do subsector da comunicação social, que visa garantir um maior e melhor desempenho dos profissionais e o aumento da quantidade e da qualidade dos serviços prestados aos utentes.

IV. - EVOLUÇÃO E APLICABILIDADE DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

4.1 - Ajustamento do Salário Mínimo Nacional

O salário mínimo nacional é, por lei, a “menor remuneração permitida e aplicada a todos os trabalhadores em regime de tempo de trabalho completo e parcial”. Em Angola, o seu ajustamento periódico ocorre mediante Decreto Presidencial e é de obrigatória aplicação a todos os assalariados, urbanos e rurais. O salário mínimo nacional reflecte as exigências do desenvolvimento económico, os níveis de produtividade e a necessidade de atingir e manter um alto nível de emprego.

O salário mínimo nacional tem como função social garantir o gasto mínimo para a sobrevivência de quem trabalha face ao custo de vida. Este salário deve ser praticado por qualquer cidadão ou pessoa colectiva, na condição de empregador, quer seja no mercado de emprego formal ou no mercado informal.

Na verdade, a política de fixação do salário mínimo nacional fundamenta-se essencialmente na necessidade de assegurar aos trabalhadores a protecção requerida em relação aos níveis mínimos admissíveis de salários, com vista a garantir não só o direito ao emprego, mas também o direito a um salário que seja ajustado às mínimas condições de vida.

O Executivo através de diplomas legais (Decretos Presidenciais) tem procedido a actualizações do montante do salário mínimo nacional. A tabela 3, mostra a evolução do salário mínimo nacional no período de 2003 a 2020.

Nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2020 não houve ajustamento do montante do salário mínimo nacional devido à crise económica e financeira.

Entre os reajustes salariais feitos ao longo da década, o mais significativo foi o de 2019. Isso porque, o governo reajustou o salário mínimo único garantido em Angola para Kz 21.454,10 representando um aumento de 30% em comparação com o de 2018.

Para acompanhar essa evolução do salário em Angola, abaixo o histórico dos reajustes feitos nos últimos 10 anos:

Tabela 12 - Evolução do Salário Mínimo Nacional

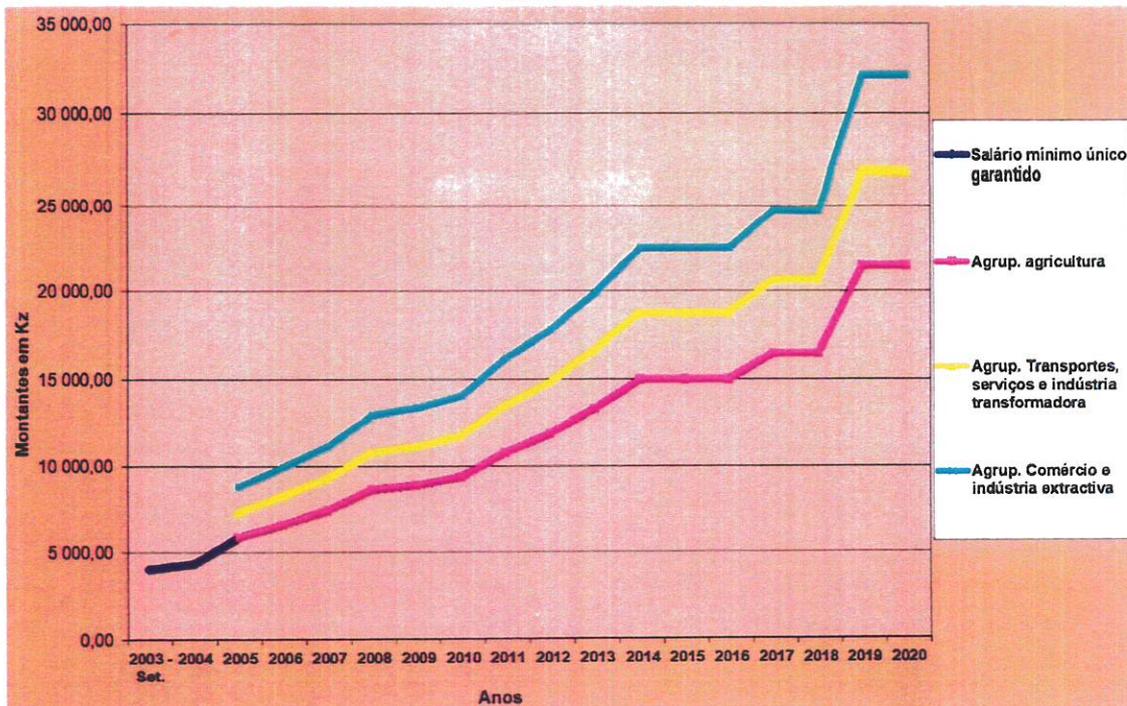
Período	Mês	Salário Mínimo Nacional			
		Único Garantido	Por grandes agrupamentos económico		
			Agricultura	Transportes, Serviços e Indústria Transformadora	Comércio e Indústria Extractiva
2003	Junho	3.500,00			
	Outubro	4.014,00			
2004		4.344,00			
2005	Outubro	5.850,00	5.850,00	7.310,00	8.775,00
2006	Junho	6.435,00	6.435,00	8.043,75	9.652,50
	Outubro	6.611,00	6.611,00	8.263,00	9.917,00
2007	Maio	7.420,00	7.420,00	9.275,00	11.130,00
2008	Abril	8.609,00	8.609,00	10.761,00	12.914,00
2009	Junho	8.891,00	8.891,00	11.114,00	13.337,00
2010	Junho	9.371,00	9.371,00	11.714,00	14.057,00
2011	Junho	10.776,00	10.776,00	13.470,81	16.164,98
2012	Junho	11.854,30	11.854,30	14.817,90	17.781,50
2013	Junho	13.277,00	13.277,00	16.596,00	19.915,00
2014	Junho	15.003,00	15.003,00	18.754,00	22.504,50
2015	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-
2017	Junho	16.503,30	16.503,30	20.629,13	24.754,95
2018	-	-	-	-	-
2019	Março	21.454,10	21.454,10	26.817,63	32.181,15
2020	-	-	-	-	-

A maior parte dos trabalhadores enquadrados nas categorias das carreiras de Operários não Qualificados até Auxiliares de Limpeza, recebem salários que variam entre um a dois salários mínimo nacional. Eles estão divididos em diversas classes profissionais. Segue-se, uma breve lista, com algumas profissões que recebem salário mínimo no país:

- Trabalhadores Agrícolas;
- Estivadores;
- Ajudantes;
- Porteiros;

- Empregadas de Limpezas;
- Empregadas de Mesa;
- Empregadas de Balcão.

Gráfico 4 - Evolução do SMN por Grandes Agrupamentos Económicos



No período de 2005 a 2020, a evolução dos montantes do Salário Mínimo Nacional por grandes agrupamentos económicos foi a seguinte:

- ☞ Agrupamento da agricultura passou de ----- Kz **3.500,00** para Kz **21.454,10**;
- ☞ Agrupamento dos Transportes, Serviços e Indústria Transformadora passou de ----- Kz **7.310,00** para Kz **26.817,63**;
- ☞ Agrupamento do Comércio e Indústria Extractiva passou de ----- Kz **8.775,00** para Kz **32.181,15**.

4.2 – Aplicabilidade e a cobertura do Salário Mínimo Nacional

Com o objectivo de avaliar a aplicabilidade e a cobertura do Salário Mínimo Nacional, o Grupo Técnico recolheu no decorrer do ano de 2020, dados de **810** empresas, distribuídos por sectores económicos e por intervalos de remuneração, conforme mostram as tabelas 13 e 14.

Tabela 13 - Remuneração mais baixa e mais alta por Sector de Actividade

N/O	SECTOR ACTIVIDADE	Nº EMP.	Nº TRAB.	FUNDO SAL. MENSAL	REMUNERAÇÃO		
					BAIXA	MÉDIA	ALTA
1	Comércio	393	90 285	10 528 044 916,30	25 000,00	116 609,01	3 822 691,00
2	Serviços	176	40 474	8 192 169 438,26	28 550,00	202 405,73	14 724 145,00
3	Construção Civil	67	16 390	974 611 749,18	30 000,00	59 463,80	5 157 783,34
4	Indústria	68	72 567	55 941 618 174,42	32 000,00	770 896,11	18 148 511,13
5	Telecomunicações	48	16 390	4 756 809 363,82	33 862,28	290 226,32	4 893 497,00
6	Transportes	57	19 668	1 753 065 935,78	17 208,00	89 132,90	4 561 865,11
7	Agricultura	1	50	3 750 530,00	36 554,00	75 010,60	330 000,00
GERAL ----->		810	255.824	82 150 070 107,76	17.208,00	321.119,48	18.148.511,13

O salário mais baixo e o salário mais alto praticados no universo das **810** empresas varia de **Kz 17.208,00** a **Kz 18.148.511,13** registados nos sectores dos transportes e indústria extractiva, respectivamente.

Relativamente aos salários praticados, verificamos que existem algumas empresas com capacidade financeira, uma vez que o leque salarial, entre o salário mais baixo e mais alto praticado na empresa é muito elevado, o que justifica o não pagamento do salário base, às categorias da base, abaixo do Salário Mínimo Nacional, estabelecido por Lei.

Tabela 14 - Número Total de Trabalhadores por Faixa Salarial

N/O	FAIXA SALARIAL	TOTAL TRABALHADORES	TOTAL REMUNERAÇÕES	SALÁRIO MÉDIO
1	Até a Kz 25.000,00	12 101	253 824 525,50	20 975,50
2	De Kz 25.001,00 a Kz 30.000,00	14 643	402 389 640,00	27 480,00
3	De Kz 30.001,00 a Kz 35.000,00	18 352	615 263 646,40	33 525,70
4	De Kz 35.001,00 a Kz 45.000,00	24 260	1 003 225 336,60	41 353,06
5	De Kz 45.001,00 a Kz 70.000,00	43 612	2 487 850 197,20	57 045,08
6	De Kz 70.001,00 a Kz 110.000,00	41 690	3 761 134 624,70	90 216,71
7	De Kz 110.001,00 a Kz 210.000,00	29 896	5 962 469 601,88	199 440,38
8	De Kz 210.001,00 a Kz 310.000,00	16 654	4 772 580 495,14	286 572,62
9	Mais de Kz 310.001,00	54 616	62 891 332 040,34	1 151 518,46
TOTAL GERAL ----->		255 824	82 150 070 107,76	321 119,48

A tabela 13, mostra, que do universo de **255.824** trabalhadores, cerca de **45.096 (17,63%)**, auferem uma remuneração correspondente a um Salário Mínimo Nacional, estabelecido para cada agrupamento económico.

67.872 (26,5%), recebem uma remuneração equivalente a dois salários mínimos e **142.856 (55,8%)**, ganham uma remuneração acima de dois salários mínimos estabelecidos.

4.3 - O Salário Mínimo Nacional / Salários na Economia

O estabelecimento de uma relação entre o Salário Mínimo Nacional e os restantes salários, pagos na economia, é de extrema importância. Primeiro, porque permite avaliar o grau do salário mínimo, isto é, baixo ou elevado, e segundo, porque possibilita prognosticar o impacto do seu aumento, não só como resultado do aumento dos salários dos que ganham o mínimo, mas também pela influência que exerce sobre outras categorias na estrutura salarial. Na realidade, existem empresas que usam o salário mínimo, como referência para o reajustamento de todos os salários.

Excepto o sector da indústria extractiva, nos demais sectores económicos verificamos que, dos dados recolhidos no universo de **810** empresas, a relação dos valores do Salário Mínimo Nacional e do salário médio, o rácio é mais baixo em todos os sectores, apontando para uma percentagem média de **24,14%**, o que significa, um elevado número de trabalhadores a ganharem salários mais baixos que os respectivos salários médios.

V. - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO E O SEU REFLEXO NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Actualmente vivemos num momento de turbulência na economia do país, a crise económica hoje tem afectado de forma impactante o emprego e a renda das famílias, aliada a pandemia da Covid-19 e a depreciação do Kwanza, face ao dólar americano.

As famílias angolanas tem estado a sentir o impacto da inflação sobre o poder de compra. O problema está na dificuldade que cada uma delas enfrenta no processo de aquisição dos bens e serviços, que são essenciais para a sua sobrevivência no dia-a-dia. Para compreendermos melhor sobre esse impacto, foram trazidos a reflexão, conceitos e definições de inflação, salário mínimo, índice de preço do consumidor e poder de compra, além das análises de dados estatísticos. Assim, quando a inflação é superior ao aumento do salário, há perda do poder de compra da população.

A inflação hoje em dia, é vista como um factor opressor da economia que afecta o contexto económico de um país, alterando diversos índices. No entanto, a inflação vem aumentando cada vez mais e afectando a economia, uma vez que, acaba reduzindo o poder de compra, expandindo em níveis elevados, os preços.

A inflação é o processo relativamente generalizado e sustentado, de aumento de preços, observado numa determinada economia, ao longo de um dado período de tempo. É um indicador de extrema importância para as autoridades monetárias, por sintetizar a conjuntura económica nacional, servindo de base de actuação e de definição da política monetária adequada a cada contexto.

É assim que, os consumidores fazem contas à vida, tentando ver se o salário que auferem no final de cada mês, chegará para fazer face às suas necessidades e pagar as suas contas. As donas de casa “rabiscam” a lista de compras e com espanto compreendem, que os preços aumentaram, não apenas os da cesta alimentar básica, como o arroz, açúcar, feijão, peixe, leite, repolho, carne e etc, mas da generalidade dos bens e serviços. Portanto, ninguém fica indiferente, quando constata que dia-a-dia, consegue com o mesmo dinheiro, comprar cada vez menos produtos, ou pagar um número cada vez menor de serviços. Quando muito elevada, a inflação tem consequências económicas e sociais nocivas, que devem ser corrigidas, de modo a não afectar o crescimento do emprego e do poder de compra.

O aumento do nível de preços, faz com que a moeda perca valor e o consumidor, na sua posse deixa de ter o mesmo poder de compra. Esta

erosão monetária provoca uma quebra no valor real da moeda, afectando a capacidade de compra das famílias.

Por outro lado, as fortes e necessárias medidas de confinamento social, que têm vindo a ser implementadas no País, desde Março de 2020, dilatadas por força do vírus SARSCOV 2, limitaram a circulação de pessoas e bens, reduziram o consumo de bens produzidos por muitas indústrias e encerraram tantas outras. Estas reduções tiveram impactos sobre diferentes índices de produção, por via da diminuição dos investimentos e deterioraram as condições do mercado de trabalho, bem como afectaram negativamente a aquisição de bens e serviços.

Angola, após ter encerrado o ano de 2019 nos 16,90%, a taxa de inflação homóloga, iniciou uma nova tendência crescente, atingindo os 22,62% no final do primeiro semestre de 2020, uma aceleração de 5,7 pontos percentuais, desde o início do ano e de 5,4 p.p. face a Junho 2019.

O maior aumento de preços, foi verificado na classe dos **hotéis, cafés e restaurantes**, em cerca de 36%, significativamente, acima dos 2% observados no mesmo período do ano passado. A seguir estiveram as subidas de 11,4%, na classe de **alimentação e bebidas não alcoólicas** e de 12,9%, nos **preços das bebidas alcoólicas e tabacos**.

Esta última, terá resultado do impacto da entrada em vigor do Imposto Especial de Consumo (IEC), que incidiu sobre grande parte deste tipo de bens. Apesar da aceleração da inflação global, houve um abrandamento no crescimento dos preços dos equipamentos mobiliários (-1,1p.p.), transportes (-1,1 p.p.) e, principalmente, no sector da educação (-1,6 p.p.).

A evolução dos preços, parece consistente com a actual condução da política monetária, caracterizada por um maior esforço da autoridade monetária, em apoiar a actividade económica e com a evolução da taxa de câmbio, cuja depreciação acelerou de forma significativa em determinados períodos.

Dados fazem constar que, só no mês de Outubro, o kwanza registou uma desvalorização de 5,71%, face ao dólar americano, fixando-se numa taxa de câmbio média de referência de 668,84Kz, por dólar. Sendo que, desde o início do ano, houve uma desvalorização de 26,35, face ao dólar em questão.

ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR NA PROVÍNCIA DE LUANDA

O Índice de Preços no Consumidor (IPC), é um indicador que mede a evolução dos preços de um conjunto de bens e serviços, de qualidade constante, considerados representativos da estrutura da despesa do

consumo privado da população, residente num espaço geográfico delimitado, através da variação do nível de preços entre dois períodos.

O nível geral do Índice de Preços no Consumidor, da província de Luanda, registou uma variação de 2,19%, durante o período de Novembro a Dezembro de 2020. Comparando à variação do período homólogo (Dezembro 2019 a Dezembro 2020), regista-se um aumento na taxa de variação actual de 0,26 pontos percentuais.

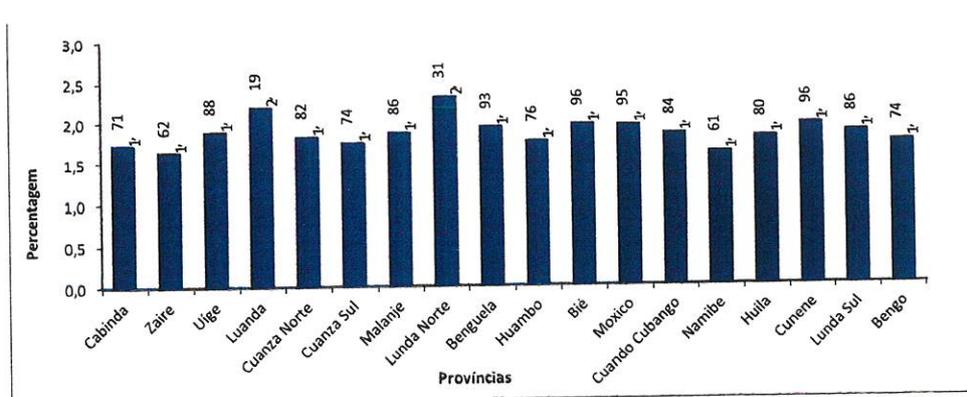
Sendo que, a classe “Alimentação e Bebidas não Alcoólicas”, foi a que registou o maior aumento de preços com 2,57%. Destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes “Lazer, Recreação e Cultura” com 2,13% Saúde” com 2,10% e “Vestuário e Calçado” com 2,07%.

A variação homóloga, situa-se em 25,19%, registando um aumento de 8,13 pontos percentuais, com relação a observada em igual período do ano anterior.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR NACIONAL

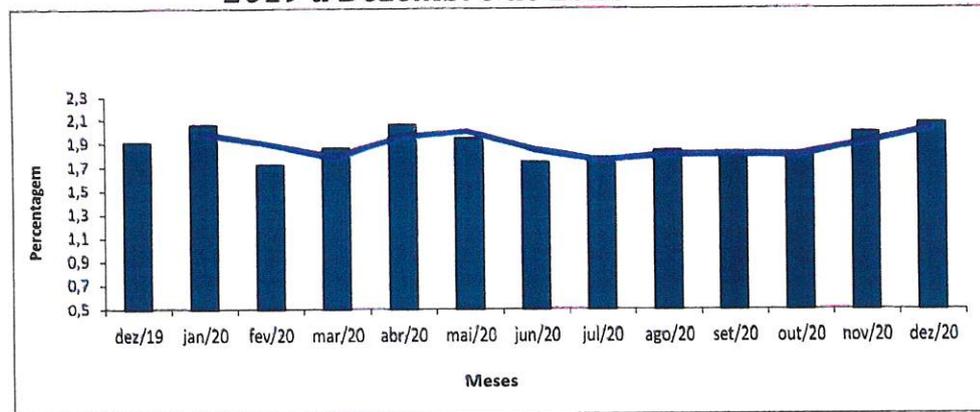
O custo de vida para o consumidor nacional, voltou a acelerar, tendo registado uma variação de 2,06%, durante o período de Novembro a Dezembro de 2020, mantendo um ritmo de dois meses anteriores, de acordo com o IPCN. Comparando à variação do período homólogo (Dezembro 2019 a Dezembro 2020), regista-se um aumento na taxa de variação actual, de 0,15 pontos percentuais, tendo-se registado maior aumento, nas seguintes províncias : Lunda Norte com 2,31%, Luanda com 2,19%, Cunene e Bié com 1,96% cada. As províncias com menor variação foram: Bengo com 1,74%, Cabinda com 1,71%, Zaire com 1,62% e Namibe com 1,61%.

Gráfico 5 - Variação Mensal do IPCN por Província - Dezembro 2020



Fonte: INE

Gráfico 6 - Evolução mensal do IPCN durante o período de Dezembro de 2019 a Dezembro de 2020

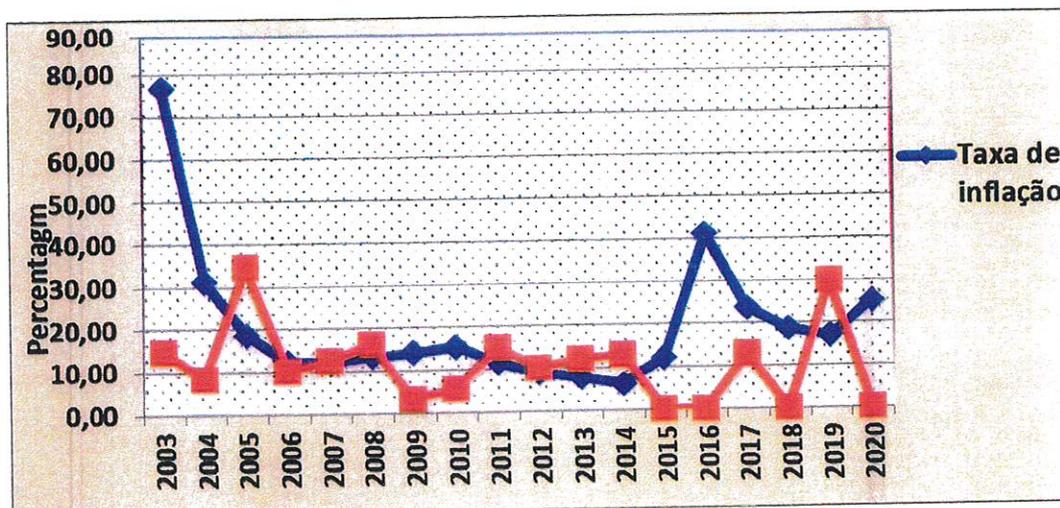


Fonte: INE

A variação homóloga, situa-se em 25,10%, registando um acréscimo de 8,20 pontos percentuais, com relação a observada em igual período do ano anterior.

Nas plataformas grossistas, também se está a verificar um aumento dos preços, com o Índice de Preços Grossista (IPG) a atingir os 26,85%, significativamente, acima dos 18,92%, observados no fecho de 2019 e dos 17,09%, registado no período homólogo. A maior aceleração, foi verificada nos preços dos produtos nacionais, tendo variado, em termos homólogos, 31,51%, sendo que, a maior variação, foi vista na classe da Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura. Olhando para os preços dos bens importados, observou-se uma variação de 25,55%, também influenciada pelos preços dos bens da classe agricultura.

Gráfico 7 - Taxas De Inflação e de Ajustamento do Salário Mínimo



Fonte: GTEESMN

Entre Julho de 2014 á Maio de 2020, o custo de vida em angola, medido pelo IPC, aumentou 142%. O Salário Mínimo Nacional, aumentou 13% em 2017 e 30% em 2019, prefazendo um aumento global de 43%. Infelizmente, se os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam na mesma proporção, o efeito directo, é uma quebra no consumo.

Constatamos que, durante o ano de 2020, a inflação atingiu todos os sectores da economia do País, com maior incidência, a classe de trabalhadores, que não recebem reajustes salariais periódicos, ao nível do aumento gerado pela inflação, facto que, na maioria das vezes acaba por gerar desemprego. Com isso, os preços sofreram grandes oscilações, fazendo com que a cesta alimentar básica, se tornasse mais cara ao bolso do consumidor, diminuindo consideravelmente o poder de compra em relação ao Salário Mínimo Nacional, e conseqüentemente, a instabilidade no seio das famílias.

Verificamos igualmente que, desde o início da pandemia, há uma queda de 41%, no poder de compra dos trabalhadores.

Poder de compra, consiste na capacidade de se obter bens e serviços, com alguma unidade monetária.

Em Angola, estão definidos salários mínimos, por sectores de actividade, em que o último aumento, deu-se em 2019, por via do Decreto presidencial nº 89/19, de 21 de Março. São os seguintes: sector da agricultura 21.454 kz; transporte, serviços e indústria transformadora é de 26.817,6 kz, e no comércio e indústria extrativa 32.181,2 kz. Olhando para o contexto económico actual, tais aumentos, não são suficientes para compensar a queda do poder de compra, provocado pela inflação.

VI. - GRAU DE COBERTURA DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL FACE AO CUSTO DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA

Tabela 16
Quadro Comparativo do Grau de Cobertura do Salário Mínimo Nacional Face ao Custo da Cesta Alimentar Básica Mensal Rural e Urbana por Província

Mês de referência: Dezembro/2020

N/O	PROVÍNCIA	CUSTO DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA		Grau de Cobertura do Salário Mínimo Nacional em Relação ao Custo da Cesta Alimentar Básica		
		RURAL	URBANA	Salário mínimo único garantido e Sector da Agricultura 21.454,10	Sectores dos Transportes, Serviços e Ind. Transformadora 26.817,63	Sectores do Comércio e Indústria Extractiva 32.181,15
1	BENGO	64 400,00	167 994,50	33,31	15,96	19,16
2	BENGUELA	100 250,00	136 736,99	21,40	19,61	23,54
3	BIÉ	74 850,00	84 314,00	28,66	31,81	38,17
4	CABINDA	87 562,50	154 242,30	24,50	17,39	20,86
5	CUNENE	77 600,00	106 561,80	27,65	25,17	30,20
6	HUAMBO	55 950,00	137 423,95	38,35	19,51	23,42
7	HUILA	59 750,00	191 561,70	35,91	14,00	16,80
8	K. KUBANGO	63 850,00	120 748,50	33,60	22,21	26,65
9	KWANZA-NORTE	90 350,00	106 950,00	23,75	25,07	30,09
10	KWANZA-SUL	53 516,67	119 151,33	40,09	22,51	27,01
11	LUANDA	106 936,50	131 698,51	20,06	20,36	24,44
12	LUNDA-NORTE	84 100,00	137 250,00	25,51	19,54	23,45
13	LUNDA-SUL	83 050,00	129 600,50	25,83	20,69	24,83
14	MALANJE	86 750,00	117 369,10	24,73	22,85	27,42
15	MOXICO	90 000,00	112 451,70	23,84	23,85	28,62
16	NAMIBE	81 433,33	160 132,53	26,35	16,75	20,10
17	UIGE	83 600,00	164 757,47	25,66	16,28	19,53
18	ZAIRE	82 950,00	107 301,50	25,86	24,99	29,99
MÉDIA		79 272,17	132 569,24	27,06	20,23	24,27

Fonte: Grupo Técnico Salário Mínimo Nacional

A cobertura do valor do Salário Mínimo Nacional, face ao custo da cesta alimentar básica urbana, é de **20,23%** e **24,27%**, respectivamente, para o agrupamento económico dos transportes, serviços e da indústria

transformadora e para o agrupamento económico do comércio e indústria extractiva. (Preços de referência: Dezembro de 2020).

A cobertura do valor do Salário Mínimo Nacional, do agrupamento da agricultura face ao custo da cesta alimentar básica rural, é de **27,06%** (Preço de referência: Dezembro de 2020).

Tabela 17
Análise Comparativa do Custo da Cesta Alimentar Básica em
Dezembro/2019 e Dezembro/2020

CESTA ALIMENTAR BÁSICA	CUSTO		Variação (%)
	DEZEMBRO DE 2019	DEZEMBRO DE 2020	
URBANA	88.728,00	132.569,24	49,41
RURAL	61.216,00	79.272,17	29,50

O custo da cesta alimentar básica mensal urbana, em Dezembro de 2019 e em Dezembro de 2020, teve um aumento de 49,41%, ao passo que o custo da cesta alimentar básica mensal rural, no período em referência, teve um aumento de 29,50%. De salientar, que os produtos de importação, tiveram o maior peso, no custo das cestas básicas alimentares.

ANEXO I

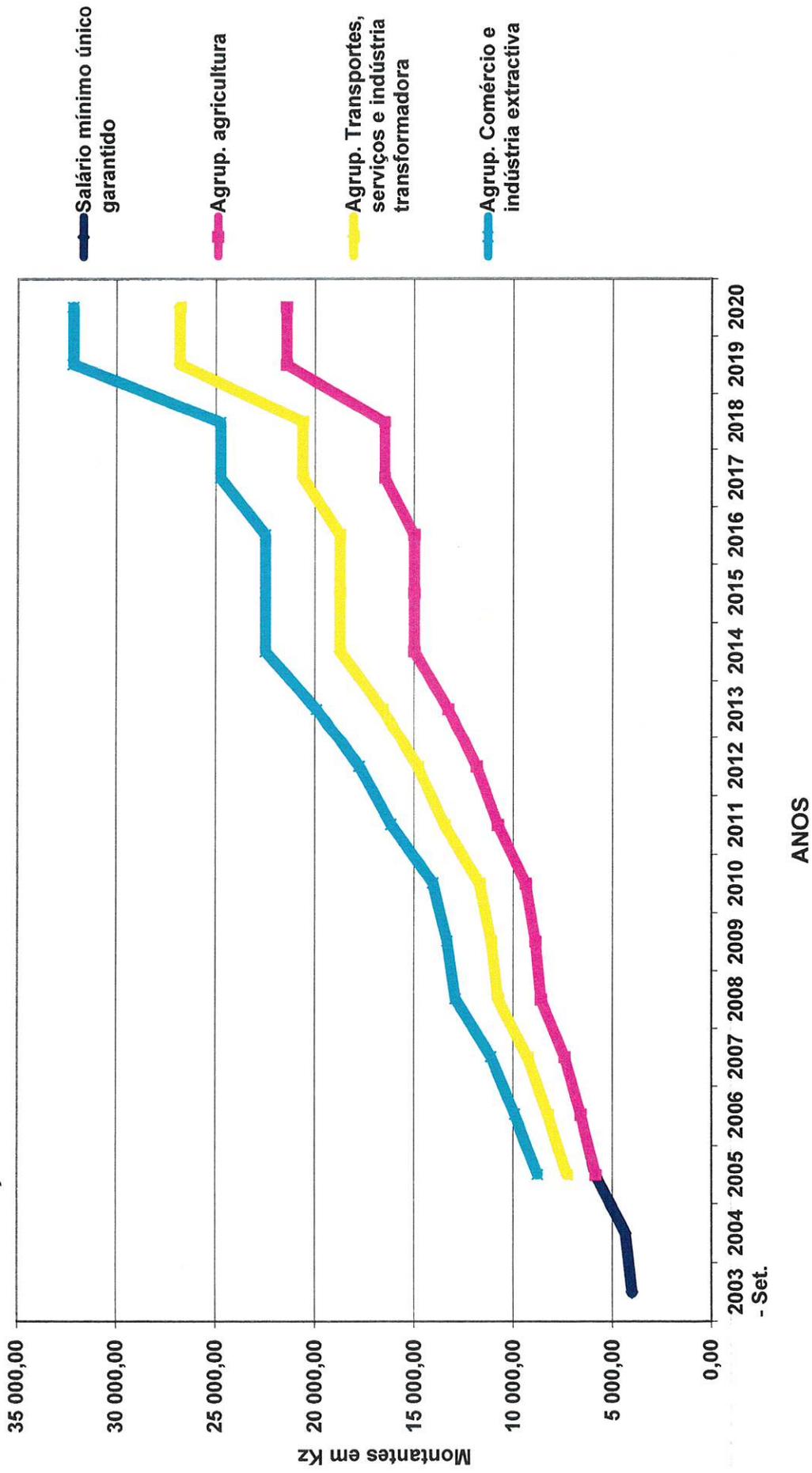
**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL
1991 - 2020**

N/O	PERÍODO DE VIGÊNCIA	D.R	DIPOLMA	Valor em Kz
1	1991	48/91	Dec.68/91, de 15-11-91	12,000,00
2	1992	19/92	Dec.30 - C/92, de 15-5-92	18 000,00
3	Junho de 2003	48/03	Dec. 34/03, de 20-6-03	3 500,00
4	Outubro de 2003	77/03	Dec. 68/03, de 30-9-03	4 014,00
5	2004	95/04	Dec. 74 /04, de 26-11-04	4 344,00
6	Outubro de 2005	129/05	Dec. 98 /05, de 28 - 10- 05 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	5 850,00 5 850,00 7 310,00 8 775,00
7	Junho de 2006	75/06	Dec. 38 /06, 21-06-2006 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	6 435,00 6 435,00 8 043,75 9 652,50
8	Outubro de 2006	130/06	Dec. 79 /06, 27- 10- 2006 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	6 611,00 6 611,00 8 263,00 9 917,00
9	Maio de 2007	64/07	Dec. 56/07, 28-05-2007 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	7 420,00 7 420,00 9 275,00 11 130,00
10	Abril de 2008	80/08	Dec. 30/08, 02- 05-2008 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	8 609,00 8 609,00 10 761,00 12 914,00
11	Junho de 2009	148/09	Dec. 34 /09, 07- 08- 2009 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	8 891,00 8 891,00 11 114,00 13 337,00
12	Junho de 2010	90/10	Dec. Presid. nº 64/10, 14-05-2010 Salário Mínimo Nacional Único garantido a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	9 371,00 9 371,00 11 714,00 14 057,00
13	Julho de 2011	121/11	Dec. Presid. nº 182/11, 28- 06-2011 a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	10 776,65 13 470,81 16 164,98
14	Junho de 2012	109/12	Dec. Presid. nº 128/12, 16- 06-2012 a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	11 854,30 14 817,90 17 781,50
15	Junho de 2013	112/13	Dec. Presid. nº 81/13, 14- 06-2013 a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	13 277,00 16 596,00 19 915,00
16	Junho de 2014	108/14	Dec. Presid. nº 144/14, 9-06-2014 a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	15 003,00 18 754,00 22 504,50
17	Junho de 2017	90/17	Dec. Presid. Nº 91/17, 07-06-2017 a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	16 503,30 20 629,13 24 754,95
18	Março de 2019	38/19	Dec. Presid. Nº 89/19, 21-03-2019 a) Agrupamento da Agricultura; b) Agup. Transportes, dos Serviços e Ind.Transformadora c) Agrupamento do Comércio e da Indústria Extractiva	21 454,10 26 817,63 32 181,15

Obs: Nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2020 não houve ajustamento do montante do salário mínimo nacional.

ANEXO II

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL NO PERÍODO DE 2003 - 2020



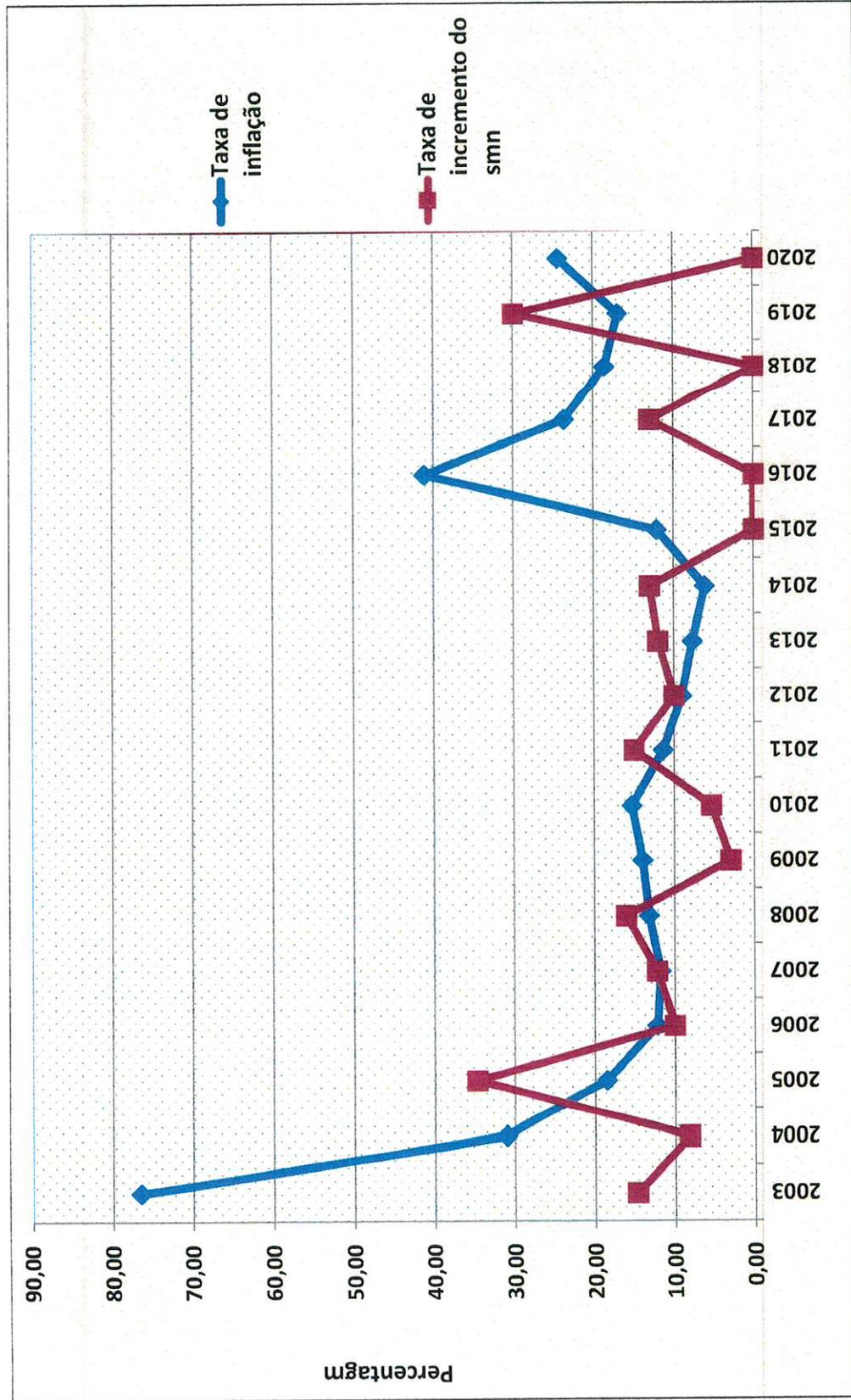
ANEXO III

Tabela - Remuneração mais baixa e mais alta por Sector de Actividade

N/O	SECTOR ECONOMICO	Nº DE EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES	FUNDO SALARIAL	REMUNERAÇÕES		
					MAIS BAIXA	MÉDIA	MAIS ALTA
1	COMÉRCIO	393	90 285	10 528 044 916,30	25 000,00	116 609,01	3 822 691,00
2	SERVIÇOS	176	40 474	8 192 169 438,26	10 000,00	202 405,73	14 724 145,00
3	CONSTRUÇÃO CIVIL	67	16 390	974 611 749,18	30 000,00	59 463,80	5 157 783,34
4	INDÚSTRIA	68	72 567	55 941 618 174,42	32 000,00	770 896,11	18 148 511,13
5	TELECOMUNICAÇÕES	48	16 390	4 756 809 363,82	33 862,28	290 226,32	4 893 497,00
6	TRANSPORTE	57	19 668	1 753 065 935,78	17 208,00	89 132,90	4 561 865,11
7	AGRICULTURA	1	50	3 750 530,00	36 554,00	75 010,60	330 000,00
TOTAL	-----»	810	255 824	82 150 070 107,76	10 000,00	321 119,48	18 148 511,13

ANEXO IV

Gráfico - Taxas de Inflação e de Ajustamento do Salário Mínimo



ANEXO V

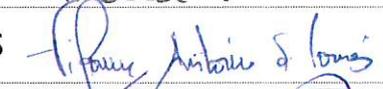
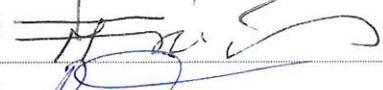
QUADRO COMPARATIVO DO GRAU DE COBERTURA DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL FACE AO CUSTO MÉDIO DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA NAS 18 PROVÍNCIAS

Mês de referência: Dezembro/2020

N/O	PROVÍNCIA	CUSTO DA CESTA BÁSICA		GRAU DE COBERTURA DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL EM RELAÇÃO AO CUSTO DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA		
		RURAL	URBANA	Salário mínimo único garantido e da Agricultura	Sectores dos Transportes, Serviços e da Indústria Transformadora	Sectores do Comércio e da Indústria Extractiva
				21 454,10	26 817,63	32 181,15
1	BENGO	64 400,00	167 994,50	33,31	15,96	19,16
2	BENGUELA	100 250,00	136 736,99	21,40	19,61	23,54
3	BIÉ	74 850,00	84 314,00	28,66	31,81	38,17
4	CABINDA	87 562,50	154 242,30	24,50	17,39	20,86
5	CUNENE	77 600,00	106 561,80	27,65	25,17	30,20
6	HUAMBO	55 950,00	137 423,95	38,35	19,51	23,42
7	HUILA	59 750,00	191 561,70	35,91	14,00	16,80
8	KUANDO-KUBANGO	63 850,00	120 748,50	33,60	22,21	26,65
9	KWANZA-NORTE	90 350,00	106 950,00	23,75	25,07	30,09
10	KWANZA-SUL	53 516,67	119 151,33	40,09	22,51	27,01
11	LUANDA	106 936,50	131 698,51	20,06	20,36	24,44
12	LUNDA-NORTE	84 100,00	137 250,00	25,51	19,54	23,45
13	LUNDA-SUL	83 050,00	129 600,50	25,83	20,69	24,83
14	MALANJE	86 750,00	117 369,10	24,73	22,85	27,42
15	MOXICO	90 000,00	112 451,70	23,84	23,85	28,62
16	NAMIBE	81 433,33	160 132,53	26,35	16,75	20,10
17	UIGE	83 600,00	164 757,47	25,66	16,28	19,53
18	ZAIRE	82 950,00	107 301,50	25,86	24,99	29,99
MÉDIA ----->		79 272,17	132 569,24	27,06	20,23	24,27

CONSELHO NACIONAL DE CONCERTAÇÃO SOCIAL
GRUPO TÉCNICO PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO DO SALÁRIO
MÍNIMO NACIONAL

RELATÓRIO ANUAL
(2020)

N/O	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01	José João Lourenço	MAPTSS	
02	Cavula Elias Miúdo Cole	MAPTSS	
03	Kamutondo Keita Manuel	MAPTSS	
04	Amélia da Conceição Paulo Cardoso	MINFIN	
05	Iracelma da Silva	MEP	
06	António Avelino	SCM	
07	Luciano Luís	AIA	
08	José Pedro Tondela	CCIA	
09	Henriqueta Maria Sebastião de Carvalho	FMEA	
10	Filomena António Soares Tomás	UNTA-CS	
11	Lulu da Conceição Pontes	UNTA-CS	
12	Domingos Victorino Pedro Perreira	CGSILA	
13	Kengo Ferras Raimundo	CGSILA	
14	Manuel João de Freitas Coelho	FSA - CS	
15	Rosana Joaquim Feliciano	FSA - CS	

Luanda, aos 10 de Março de 2021.-